

Um documento estranho

Há alguns meses, o presidente Fernando Henrique Cardoso recebeu um estudo do diretor da área externa do Banco Central, Gustavo Franco, no qual se defendia a política cambial e se preconizava maior abertura da economia a fim de garantir um aumento da produtividade e da competitividade e, em consequência, uma melhora do padrão de vida da população. Agora, quando o ano se inicia, registram-se na área oficial reações contrárias às teses defendidas pelo diretor do Banco Central: uma vem do Ministério da Indústria, Comércio e Turismo; outra, do BNDES.

O ministro Francisco Dornelles encarregou seus assessores de preparar medidas para proteger os setores de papel e celulose, pesca e bens de capital, além de sugerir o aumento da proteção ao setor de autopeças e a consolidação da proteção aos setores de brinquedos eletrônicos e de têxteis. Esse é assunto que não pode ser decidido exclusivamente pelo ministro, mas deve passar pela Câmara de Comércio Exterior, na qual se representam o Ministério da Indústria e Comércio, o Itamaraty e o Ministério da Fazenda, entre outros. As posições do ministro Dornelles, para tornarem-se efetivas, devem ser aprovadas por essa Câmara. Graças a esse mecanismo de decisões, podem ficar apenas nas palavras. Seguramente, mais grave do ponto de vista político é a divulgação de um documento do BNDES sobre a abertura econômica.

A elaboração desse documento, mais ainda sua divulgação, é grave porque nele se discute assunto que é da exclusiva competência do Ministério da Fazenda — e não do Planejamento, a que está subordinado o BNDES. O documento em questão sugere que

se retome a tradição da desvalorização real da taxa de câmbio. Nada mais, nada menos.

No Brasil, neste momento, todo mundo discute a política cambial como se fosse um assunto trivial qualquer. Quando quem opina são economistas sem responsabilidades oficiais, perdoa-se; quando se trata de um documento de um banco oficial, o caso muda de figura. Por is-

so, não será de estranhar que a direção do banco esclareça que se trata de mero estudo — divagações de uma noite de verão? —, que não representa a opinião do BNDES. Ainda que assim seja, o fato de haver sido divulgado reflete as profundas divergências que existem na equipe econômica.

A crítica dos economistas do BNDES baseia-se numa comparação entre as políticas de abertura da economia na Coréia e no Brasil: lá, a redução tarifária foi acompanhada por uma desvalorização cambial; aqui, houve uma valorização da moeda. Sucede que o documento analisa os dados até 1995, não levando em conta a aceleração da desvalorização no ano passado, que em relação ao dólar foi de 6,83%. Também não leva em conta medidas adotadas para diminuir o custo Brasil como o fim do ICMS sobre exportações de produtos básicos e semimanufaturados. Deixa, igualmente, de assinalar que, nos últimos meses, se registrou tendência para uma desvalorização maior e mais freqüente.

Ainda que se defenda a desvalorização, não se pode perder de vista que só pode ser feita gradualmente. De qualquer maneira, não é um assunto que deva ser discutido publicamente, especialmente por pessoas que pertencem ao governo e cuja opinião pode influenciar os agentes econômicos e a opinião pública.

Economistas do BNDES preconizam a desvalorização a exemplo da Coréia